

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

campus **CARAGUATATUBA**

COMISSÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

RELATÓRIO ANUAL

Caraguatatuba

2019

Agradecimentos

A Comissão de Formação Continuada agradece de forma enfática a participação de todos os professores-convidados que dividiram um pouco do seu tempo e do seu profundo conhecimento com todos os docentes do Campus Caraguatatuba. Cada um a seu modo, nos tocou de alguma forma e estão influenciando nossa prática docente. Obrigada!

Sumário

Introdução	4
I. 66	
1.1.Encontros 1 e 2 – Relação Pedagógica e Dinâmica professor-aluno no processo de aprendizagem	7
1.2.Encontro 3 - Políticas Públicas para uma Educação de Qualidade	9
1.3. Encontro 4 - Seleção e organização didática de conteúdos	11
1.4. Encontro 5 - Seleção de estratégias e procedimentos de ensino	12
1.5. Encontro 6 - Planejamento docente integrado	14
1.6. Encontros 7 e 8 – Desafios teóricos e práticos da avaliação da aprendizagem	16
1.7. Avaliação do mini-curso	18
II. Reunião-Formação para os coordenadores dos cursos do Campus	21
III. Mini-Curso “Planejamento das condições de ensino”	22
IV. Ações na Semana de Ciências e Tecnologia	25
1.3.A era do capital improdutivo – Ladislau Dowbor	23
4.2. Espaço educativo e educador – Alexandre Machado Rosa	28
4.3. Experiências e desafios das políticas de inclusão no ensino superior – Juliana Jodas	29
Considerações do percurso formativo proposto	32
Bibliografia	33

INTRODUÇÃO

A política de formação continuada dos docentes do campus Caraguatatuba se pauta na Resolução n.138 do CONSUP de 08 de dezembro de 2015, onde constam os objetivos desta atividade formativa desenvolvida localmente nos vários campi do Instituto Federal de São Paulo, a saber: promover a reflexão sobre os saberes, a discussão do trabalho educativo na realidade local, a valorização dos saberes docentes e suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem, entre outros temas.

No ano de 2019, a Comissão de Formação Continuada foi composta por seis servidores do Campus Caraguatatuba:

- Alexandre Machado Rosa, professor EBTT do núcleo comum, vinculado à disciplina de Educação Física;
- Ana Maria Stabelini, professora substituta, vinculada às licenciaturas atuando nas disciplinas pedagógicas;
- Bernardina Francisca de Miranda, técnica administrativa
- Janice Peixer, professora EBTT do núcleo comum, vinculado à disciplina de Biologia e presidente da Comissão;
- Maíra Ferreira Martins, assistente de alunos;
- Patrícia Teixeira Tavano, professora substituta, vinculada às licenciaturas atuando nas disciplinas pedagógicas.

A Comissão de Formação Continuada sofreu alterações de integrantes entre o final do 2018 e início de 2019, contudo, no âmbito da continuidade do trabalho e das ações, a Comissão vigente em 2018 realizou um levantamento junto aos professores do campus de temas e discussões que estes julgavam procedentes para o aprimoramento pedagógico de sua formação, levantamento este que direcionou a proposição de ações e discussões no ano de 2019.

A proposta da Resolução n.138 (CONSUP, 2015) é que a formação deva ser realizada através de atividades internas na forma de encontros, cursos, jornadas, oficinas e demais formas que contribuam para a integração e troca de experiências. Nesse sentido, e com base nas temáticas indicadas pelos docentes, a Comissão de Formação Continuada optou por seguir uma programação que abrangesse todas as fases do processo de ensino-aprendizagem, desde a organização dos temas até o processo de avaliação, passando pela relação professor/aluno, e em uma diversidade de formas de oferecimento, privilegiando

palestras, discussões, estudos de caso, mini-cursos, o que configurou as ações de formação continuada no campus Caraguá em quatro grandes momentos:

1. Mini-Curso “O espaço escolar como espaço de aprendizagem”: organizado na forma de encontros mensais, às quartas feiras, de participação obrigatória pelos docentes.
2. Formação para os coordenadores dos cursos do Campus: também oferecido pelo prof. Dr. Sérgio Leite e voltado para a formação específica dos coordenadores sobre gestão e planejamento.
3. Mini-Curso “Planejamento das condições de ensino”: curso com duração de 12 horas realizado na semana do planejamento do retorno ao segundo semestre de 2019, oferecido pelo prof. Dr. Sérgio Leite, da Faculdade de Educação da Unicamp.
4. Ações na Semana de Ciências e Tecnologia: a Comissão propôs três atividades para compor a Semana de Ciências e Tecnologia (SNCT) do Campus Caraguá, voltadas para a formação pedagógica crítica, que destinaram-se a todos os interessados, atingindo docentes, discentes e funcionários.

A seguir, descrevemos com maior detalhamento as ações desenvolvidas ao longo do ano de 2019.

I. MINI-CURSO “O ESPAÇO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM”

O curso “O espaço escolar como espaço de aprendizagem” foi sistematizado na forma de 8 encontros ao longo do ano de 2019, totalizando 16 horas de discussões presenciais.

Realizados sempre às quartas feiras, mensalmente, foram convidados diversos professores para a discussão de temas determinados pelo levantamento de expectativas realizado no ano de 2018, e mantiveram o foco no processo de ensino aprendizagem, conforme demonstra o Quadro I.

Quadro I. Cronograma do curso “O espaço escolar como espaço de aprendizagem” / 2019

Encontro	Data	Tema	Responsável	Nº docentes presentes
1	27/fev	Relação Pedagógica na sala de aula	Patricia Teixeira Tavano	53
2	27/mar	Dinâmica professor-aluno no processo de aprendizagem	Patricia Teixeira Tavano	53
3	29/mai	Políticas Públicas para uma educação de qualidade	Lisete Gomes Arelaro	68
4	26/jun	Seleção e Organização didática de conteúdos	Sandra Aparecida Riscal	50
5	28/ago	Seleção de estratégias e procedimentos de ensino	Maria Isabel de Almeida	49
6	25/set	Planejamento Integrado	Beatriz Jansen Ferreira	43
7	30/out	Desafios teóricos e práticos da avaliação da aprendizagem I	Ocimar Munhoz Alavarse	65
8	27/nov	Desafios teóricos e práticos da avaliação da aprendizagem II	Ocimar Munhoz Alavarse	58

Focado na formação pedagógica continuada dos docentes do Campus Caraguá, este mini-curso foi proposto como espaço para a discussão de situações didáticas cotidianas, sinalizadas pelos próprios docentes como importantes e necessárias para a discussão mais detalhada.

Ainda que se configure como uma atividade obrigatória, uma vez que a direção da unidade suspende as reuniões de curso para que os professores se reúnam, pode-se

observar que a adesão às atividades variou de 43 a 68 dos 70 docentes registrados no Campus. Todas as atividades foram devidamente avisadas antecipadamente e contaram com o apoio do DAE (Diretoria Adjunta Educacional) para reforçar a importância da participação de qualidade.

Por tratar-se de mini-curso, será emitida uma declaração aos docentes que participaram de, no mínimo, 75% das atividades. A reitoria definiu a forma de certificação que será emitida no início do ano de 2020.

A seguir, discutimos cada uma das atividades desenvolvidas ao longo deste mini-curso.

1.1. ENCONTROS 1 E 2 – RELAÇÃO PEDAGÓGICA E DINÂMICA PROFESSOR-ALUNO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

O mini-curso se iniciou com a discussão de uma temática voltada às relações pedagógicas desenvolvidas na sala de aula e os impactos desta no processo de aprendizagem do estudante.

Esta temática foi desenvolvida em dois encontros subsequentes, que ocorreram nos dias 27 de fevereiro e 27 de março de 2019, e foram desenvolvidos pela Profa. Dra. Patrícia Teixeira Tavano.

A professora Patricia é pedagoga, com mestrado e doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da USP/SP, e fez parte do corpo docente do Campus Caraguá de agosto/2018 a dezembro/2019.

O primeiro encontro, no dia 27 de fevereiro, focou a discussão na Relação Pedagógica na sala de aula e partiu da projeção do trecho inicial do primeiro episódio da primeira temporada da série norte-americana “How to get away with murder”, de Peter Nowalk, utilizada como um estudo de caso a partir do qual os professores presentes foram estimulados a debater sobre as atitudes e escolhas que a protagonista do seriado adota e correlacionar com as próprias atitudes e seleções, considerando que a relação pedagógica deve ser transitória, tem finalidades determinadas e implica em relações de poder inerentes à relação, mas que devem ser adequadamente dimensionadas.



Figura 01 - Profa. Dra. Patrícia Teixeira Tavano durante a formação com professores do campus.

O segundo encontro, em 27 de março, partiu da necessidade de ampliar a discussão iniciada em fevereiro aprofundando a compreensão pelos professores do impacto que a relação pedagógica dentro da sala de aula tem no processo de aprendizagem. Para ilustrar a discussão foram apresentados dados da Plataforma Nilo Peçanha acerca da evasão nos cursos do Campus Caraguá, assim como um estudo de 2018 do economista Ricardo Paes de Barros denominado “Políticas Públicas para a redução do abandono e evasão escolar do jovem”, que deslinda diversas causas para a evasão escolar, nos diversos níveis educacionais (BARROS, 2018).

Ambos os encontros contaram com ampla e profícua participação dos professores presentes, que se dispuseram a discutir suas próprias práticas e sinalizaram para a necessidade de uma continuidade do processo de reflexão da própria prática como forma de aprimoramento profissional.

De acordo com a avaliação realizada pelos participantes, estas duas ações foram consideradas de alta relevância para formação pedagógica continuada, com contribuição imediata à prática dos docentes em sala de aula. Vale também notar que houve grande adesão à retomada destas discussões em oportunidades futuras, visto a grande relevância que as discussões possuem no cotidiano da sala de aula.

1.2. ENCONTRO 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Na quarta feira do dia 05 de junho de 2019, às 17h, no auditório do IFSP Campus Caraguatatuba do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), a professora Lisete Regina Gomes Arelaro realizou uma palestra intitulada “Políticas Públicas para uma Educação de Qualidade”, dirigida não só à comunidade do IFSP, mas também à comunidade externa, contando com professores e supervisores da rede pública municipal e estudantes do IFSP.

Em sua fala, a professora enfatizou que vivemos sob dois impasses que estão presentes na gestão dos sistemas escolares no Brasil: o discurso sobre a gestão democrática na formulação e implementação das políticas públicas em educação e a prática "produtivista" que prescinde da mesma. Concomitante aos movimentos de pressão social para o estabelecimento da "transparência" das ações governamentais, exigindo participação ampliada da população – por meio de conselhos ou equivalentes – a pressão pela "qualidade" do ensino e de gestão educacional "competente" vem exigindo dos dirigentes públicos respostas imediatas. Na ausência de condições para efetivá-las, estabelecem "parcerias" público-privado que implementam a lógica do mercado nas orientações dadas às escolas e nos sistemas públicos de ensino, gestando um novo e contraditório conceito de eficiência educacional, em que a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar é dispensada.

A Constituição Federal (CF) de 1988 garante o princípio que educacional é a gestão democrática. Contraditoriamente, é o único princípio constante da área educacional que teve sua abrangência limitada ao âmbito público, pois, nos termos do artigo 206, item VI, a gestão democrática ficou restrita ao “ensino público, na forma da lei”. Esta limitação, que poderia ser entendida como “distração”, pelo caráter democratizante da Constituição, com claro incentivo à participação popular, representou, na verdade, um embate político em que o pensamento pedagógico conservador e privatista foi vitorioso. E esta circunscrição da gestão democrática escolar e educacional terá consequências mais extensas e permanentes do que se considerou inicialmente.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n.9.394/96), ainda que em um só artigo, propõe uma participação de caráter mais coletivo no processo de elaboração e decisão do projeto pedagógico de cada escola, prevendo a participação das

comunidades escolar e local em “conselhos” escolares ou equivalentes (art. 14). Ou seja, estabelece que o “sucesso” do processo e do projeto pedagógico é fruto de uma reflexão mais coletiva do que tradicionalmente se admitia, e que sua adequação aos interesses e necessidades dos diferentes grupos de alunos definirá a qualidade de ensino. Pode-se deduzir, nesta concepção, que a “qualidade” só é evidenciada na implementação desta inter-relação de fatores.

Esta é a razão por que a elaboração de planos de educação, atualmente, e pelo menos no discurso e na legislação, deixou de ser atividade exclusiva de “especialistas” que, historicamente, manipulavam dados estatísticos e informações em seus gabinetes, para se tornar iniciativa democrática, em que os diferentes segmentos sociais são convidados a se pronunciar e a se envolver na definição de suas diretrizes e prioridades.



Figura 02 – Comissão de Formação Continuada com a Profa. Dra. Lisete Arelaro e professores do Campus Caraguá (da esquerda para a direita, professores: Ana Maria Stabelini, Alexandre Machado Rosa, Marta Senghi Soares, Lisete Gomes Arelaro, Patricia Teixeira Tavano, Janice Peixer, Ricardo Plaza).

Professora Titular do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da FEUSP, Lisete Regina Gomes Arelaro é Pedagoga e Doutora em Educação. Foi professora e diretora de escola nos ensinos fundamental e médio. Fez parte da equipe do Prof. Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989/92) e foi Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer em Diadema/SP 1993/96 e 2001/02), Diretora da Faculdade de Educação da USP (2010/2014), Presidente do Fórum Nacional de Faculdades e Centros de Educação Públicos (FORUMDIR - 2012/2014) e presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA - 2015/2017). Atualmente é Professora Titular Sênior da Faculdade de Educação da USP, e pesquisadora

na área de Política Educacional, Planejamento e Avaliação Educacional, Financiamento da Educação Básica e Educação Popular.

1.3. ENCONTRO 4 - SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA DE CONTEÚDOS

A Profa. Dra. Sandra Aparecida Riscal foi a responsável pelo encontro do dia 26 julho de 2019. Neste dia estiveram presentes 50 docentes para discutir com a professora a seleção e a organização didática dos conteúdos. A palestrante destacou as mudanças no que é esperado do docente de ensino superior, destacando que estão além da habilidade de comunicação e conhecimentos consolidados da disciplina em que leciona. Atualmente é necessário também uma escolha adequada das atividades de ensino e o reconhecimento de que essa é uma etapa importante de sua atuação.



Figura 03 - Comissão de Formação Continuada com a Profa. Dra. Sandra Riscal e DAE do Campus Caraguá (da esquerda para a direita: Maíra Ferreira Martins, Janice Peixer, Alexandre Machado Rosa, Patricia Teixeira Tavano, Sandra Riscal, Ana Maria Stabelini, Samuel Gomes Duarte).

A Profa. Sandra é graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas e doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Realizou pós-doutorado no Centre d'Etudes en Sciences Sociales du religieux (CéSor), L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (L'EHESS) Paris, França. Atualmente é professora associada da Universidade Federal de São Carlos.

Foi destacado também que a escolha das atividades de ensino não se tratam simplesmente de escolhas de técnicas e instrumentos de motivação, mas de uma preocupação com a adequação entre conteúdo, técnicas e métodos de ensino e avaliação, que devem estar presente no momento do planejamento da disciplina. Bem como, as instituições de ensino devem estar atentas às demandas e necessidades de aprendizagem em um mundo em constantes mudanças. Por esse motivo há necessidade de repensar constantemente objetivos e práticas de ensino.

1.4. ENCONTRO 5 - SELEÇÃO DE ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE ENSINO

No dia 28 de agosto de 2019, contamos com a presença da Profa. Dra. Maria Isabel de Almeida, que abordou o tema seleção de estratégias e procedimentos de ensino. Nesta palestra estiveram presentes 49 docentes que participaram da discussão sobre os pressupostos pedagógicos e didáticos das metodologias no contexto em que atuamos relacionados à especificidade de nosso trabalho às possibilidades para a prática pedagógica e aos pressupostos metodológicos de ensino.



Figura 04 - Profa. Dra. Maria Isabel de Almeida no momento da formação com os professores do campus.

A professora Maria Isabel de Almeida é graduada em História pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (USP) mestra, doutora e livre docente na área de Didática pela Faculdade de Educação da USP, pós-doutora pela

Universitat Autònoma de Barcelona. Atualmente é Professora Associada III aposentada sênior do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da FEUSP.



Figura 05 – Comissão de Formação Continuada com a Profa. Dra. Maria Isabel (da esquerda para a direita: Ana Maria Stabelini, Janice Peixer, Patricia Teixeira Tavano, Maria isabel de Almeida)

A professora Maria Isabel destacou que a formação é uma prática social realizada por seres humanos e entre eles. Tal prática modifica a ação e a relação dos sujeitos envolvidos no processo e é uma atividade que requer conhecimentos específicos e consolidados, por meio de formação voltada para esse fim. Neste sentido, aprender constitui um movimento interior que não pode existir sem o exterior e ensinar (ou formar) é uma ação que tem origem fora do sujeito, mas que só alcança êxito se encontrar ou produzir o movimento interior. Com base nessas concepções, destacou também o papel da didática como o campo de pesquisa responsável pela discussão sobre os conteúdos, situações de ensino e melhores meios para que o aprendizado ocorra e as possibilidades metodológicas para a prática pedagógica, que podem ser pautadas na educação como transmissão (método tradicional, aula expositiva e pautada pela curiosidade ingênua) e na educação como construção (metodologias ativas, construção do conhecimento pelo aluno e pautado na curiosidade epistemológica).

1.5. ENCONTRO 6 - PLANEJAMENTO DOCENTE INTEGRADO

A Profa. Dra. Beatriz Jansen Ferreira ministrou, no dia 18 de setembro de 2019, para 43 docentes, uma palestra que visou discutir o tema planejamento docente integrado. A palestrante que o planejamento integrado é um processo permanente e que exige reflexão, tomada de decisão, previsão de várias ações compartilhadas e interligadas e intencionalidade.



Figura 06 - Profa. Dra Beatriz no início da sua apresentação

A professora Beatriz Jansen Ferreira é pós doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), doutora em educação pela Universidade e Estadual de Campinas (Unicamp), atuou no Ministério da Saúde por 16 anos e atualmente é docente do programa de pós-graduação de ensino em ciências da saúde na Unicamp.



Figura 07 - Profa. Dra. Beatriz no momento da formação com os professores do campus.

Durante o encontro, destacou que a função do planejamento é tornar a ação clara, precisa, eficiente, eficaz, orgânica, direcionada e transformadora. Outro elemento importante da discussão considerou as mudanças paradigmáticas que estamos vivenciando e a necessidade de pensar questões relativas à inclusão, à solidariedade, à ética e as competências técnicas e humanas. A consideração desses elementos deve estar presente nos diferentes planejamentos que envolvem a educação: o planejamento educacional, o planejamento curricular e o planejamento de ensino. Deve-se ainda considerar para o planejamento a compreensão da realidade atual, histórica de projetos e realizações e projeções futuras: tendências, possíveis cenários e fatores críticos para o sucesso.

1.6. ENCONTROS 7 E 8 – DESAFIOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O encerramento do mini-curso aconteceu em dois encontros onde se discutiu a avaliação da aprendizagem temática que suscita muitas dúvidas e que foi distribuída em dois momentos para ser melhor contemplada. A mediação de ambos encontros foi realizada pelo Prof. Dr. Ocimar Munhoz Alavarse, pedagogo, mestre e doutor em Educação pela Faculdade de Educação da USP/SP, Faculdade onde atua como docente.

No primeiro encontro, ocorrido dia 30 de outubro, foi discutida a prática docente avaliativa, com foco classificatório e seletor a partir do estabelecimento de uma forma de pensar avaliar. Este redimensionamento da avaliação enquanto um processo de acompanhamento e tomada de decisões que envolve julgamento do objeto educacional, levantamento de informações e associação à tomada de decisões foi retomado e ampliado no segundo encontro, no dia 27 de novembro, aprimorando a reflexão e o fazer avaliativo dos docentes presentes, além de desenvolver um debate profundo sobre o impacto das avaliações externas no cotidiano das escolas e das práticas docentes, sinalizando que o percurso do professor em se tornar um avaliador de qualidade deve buscar responder a algumas perguntas chave: porque avaliar, para quê avaliar, quem avalia, o que avaliar, como avaliar, para quem avaliar.



Figura 08 - Prof. Dr. Ocimar Alavarse em conversa com professores

Após o primeiro encontro, o professor Ocimar ainda se reuniu com os estudantes do curso de Licenciatura em Matemática do Campus Caraguá que participam do PIBID e estabeleceu uma proveitosa discussão sobre avaliação externa, indicadores de avaliação e políticas educacionais mediadas pelas avaliações externas.



Figura 09 - Prof. Dr. Ocimar Munhoz Alavarse em conversa com estudantes do PIBID da Licenciatura em Matemática, após formação com professores do Campus.

Os dois momentos de intervenção do professor Ocimar foram considerados bastante ricos em possibilidades de reflexão sobre as práticas docentes avaliativas, bem como espaços importantes para o aprimoramento da compreensão da avaliação enquanto um processo e não apenas como um dia e hora estabelecida.

Segundo a avaliação realizada pelos participantes, houveram momentos em que as discussões ficaram pouco claras e deslocadas da aplicação imediata, contudo a relevância do tema se impõe como algo a ser retomado em situações futuras para o contínuo aperfeiçoamento das práticas docentes avaliativas.

1.7. AVALIAÇÃO DO MINI-CURSO

No último encontro realizado pela equipe de formação continuada, no dia 27 de novembro de 2019, foi entregue um formulário para que os docentes avaliassem as formações ocorridas ao longo do ano quanto à relevância dos temas discutidos; à contribuição para a prática docente, e à necessidade de retomada futura; além de um campo para a livre expressão.

Dos 58 docentes presentes, apenas 22 entregaram o formulário preenchido sendo que dois estão incorretamente preenchidos e foram descartados. O formulário buscou quantificar os temas em uma escala de 1 a 5 que representavam a menor à maior importância, respectivamente, para a própria prática pedagógica. Os resultados obtidos estão no Quadro 2.

Quadro 2. Resultados da avaliação do mini-curso "O espaço escolar como espaço de aprendizagem" / 2019

Tema	Relevância do tema					Contribuição para sua prática docente					Necessidade de retomada futura					Não participei
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	
Relação Pedagógica				1	16				1	16				3	13	4
Dinâmica professor-aluno no processo de aprendizagem				1	16				2	15				2	14	4
Políticas Públicas para uma educação de qualidade	1			2	10	1		1	3	8	1		2	2	8	7
Seleção e Organização didática de conteúdos			1	3	9		1	1	2	9		1	3	1	8	7
Seleção de estratégias e procedimentos de ensino				4	11				4	11	1	1	1	4	8	5
Planejamento Integrado			2	4	9	1		1	6	7	1		2	7	5	5
Desafios teóricos e práticos da avaliação da aprendizagem I	2	1	1	1	14	1	1	2	4	11	1	1	2	1	14	1
Desafios teóricos e práticos da avaliação da aprendizagem II		1	1	1	16	1	1	1	3	13		1	2	2	14	1
TOTAL	3	2	5	17	101	4	3	6	25	90	4	4	12	22	84	34

Os resultados indicam que os temas foram todos considerados de grande relevância para a formação pedagógica continuada dos professores do Campus Caraguatatuba, resultado de certa forma esperado visto a Comissão de Formação Continuada ter se baseado em levantamento de temáticas importantes aos professores para a organização desta atividade. Ainda assim, vale o registro do reforço da importância de se discutir, de forma consistente e contínua, temas fundantes da prática pedagógica, criando espaço de discussão e colocação de experiências.

Essa conclusão é reforçada quando observamos que a contribuição dos temas para a própria prática docente também foi considerada alta, assim como a possibilidade de retomar as discussões desses temas também foi tida como viável e importante para a grande maioria dos respondentes.

Dentre os 22 respondentes, apenas 10 complementaram seu formulário comentando sobre a própria experiência ao longo do ano com a proposta de formação continuada. Dentre as respostas há unanimidade de que a proposta foi excelente, que agregou em conhecimento pessoal e em reflexão à própria prática, sendo aproveitadas em sala de aula. Foram também sugeridos temas e discussões para o próximo ano, assim como a sugestão de se realizarem oficinas de alguns dos temas, de maneira a torná-los mais práticos.

II. REUNIÃO-FORMAÇÃO PARA OS COORDENADORES DOS CURSOS DO CAMPUS

No dia 14 de maio de 2019, a convite da Comissão de Formação Continuada, o Prof. Dr. Sergio Antonio da Silva Leite ele esteve no campus Caraguá e fez uma reunião-formação com os coordenadores de todos os cursos e com a DAE.

O prof. Sérgio Leite é graduado em Psicologia pela PUC/Campinas, com mestrado e doutorado em Psicologia Experimental pela USP/SP, e atualmente é professor titular da Faculdade de Educação da UNICAMP. Com larga experiência na formação de professores, nesta ocasião, de forma sintética, porém não simplista, o professor discutiu a importância da afetividade no processo de ensino-aprendizagem destacando experiências de natureza afetiva que determinarão a relação que se estabelecerá entre os alunos e os objetos do conhecimento; a compreensão do processo educacional a partir de seus pressupostos sócio-construtivistas; e a relevância do papel do professor como mediador entre os conteúdos e os alunos, que pode gerar diferentes tipos de sentimentos na relação sujeito-objeto.

A intencionalidade deste evento era sensibilizar os coordenadores dos cursos a pensar o processo de ensino-aprendizagem a partir de bases distintas e convidá-los a discutir com seus professores que o trabalho e as decisões que o professor toma em sala de aula terão influência decisiva na relação do aluno com os conteúdos abordados.

Esta reunião-formação teve duração de 2 horas e serviu como base para a proposição do mini-curso “Planejamento das condições de ensino”, e teve grande impacto em estimular os coordenadores à discussão com seus professores e a repensar sua própria prática docente.

III. MINI-CURSO “PLANEJAMENTO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO”

Oriundo da reunião-formação para os coordenadores e das demandas dos docentes do Campus, a Comissão de Formação Contínua convidou o prof. Dr. Sérgio Antonio da Silva Leite para ministrar um mini-curso intitulado “Planejamento das condições de ensino”. O mini-curso foi realizado nos dias 25, 26 e 27 de julho no Campus Caraguá, totalizando 12 horas de atividades presenciais. Dada a característica prática do curso, foram disponibilizadas apenas 20 vagas, e contou com a participação efetiva de 18 professores e 01 assistente de alunos. Dos professores participantes, estavam presentes os à época coordenadores dos cursos de Licenciatura em Matemática e Física, PROEJA, Ensino Médio Integrado e Técnico em Administração.



Figura 10 - Prof. Dr. Sérgio Antonio da Silva Leite (sentado, ao centro) com os participantes do mini-curso.

Os objetivos do curso foram discutir as etapas consideradas relevantes no processo de planejamento e desenvolvimento do ensino, identificando e analisando as principais decisões que um professor deveria tomar para o desenvolvimento adequado do processo de Ensino-Aprendizagem com seus alunos.

Na ocasião, os conteúdos abordados foram:

- Conceitos de Ensino e Aprendizagem. Concepção tradicional: bases teóricas e críticas. Concepção interacionista: bases teóricas e implicações. A relação Ensino-Aprendizagem.
- Definição dos objetivos de ensino: as dimensões relevância e clareza. Os objetivos no Projeto Político Pedagógico do curso. Implicações.
- O início do processo de ensino: o repertório de conhecimentos do aluno como principal referência para o professor. A Avaliação Diagnóstica como instrumento de apoio para a decisão do professor. Implicações.
- Identificação dos conteúdos a serem abordados. Critérios para organização dos conteúdos. Implicações.
- Escolha dos procedimentos de ensino. Definição de atividade de ensino. A estrutura das atividades de ensino. Possíveis problemas de uma atividade de ensino. Definição de procedimento de ensino. Atividades análogas e equivalentes nos procedimentos de ensino. Possíveis problemas de um procedimento de ensino. O ensino ativo. Implicações.
- Escolha dos procedimentos de Avaliação. Conceito de Avaliação: concepções tradicional e emancipatória. Bases teóricas. Possíveis efeitos aversivos da Avaliação. Alternativas para o processo de Avaliação visando ao sucesso do processo de Ensino-Aprendizagem. Avaliação coerente e contínua. Implicações.
- As questões burocráticas e administrativas e o processo de Ensino-Aprendizagem.

Os conteúdos foram discutidos através de uma estratégia que comungou exposições dialogadas e atividades práticas desenvolvidas ao longo das aulas e à distância, que culminaram com a elaboração de um programa de ensino na área de atuação do aluno participante.



Figura 11 - Participantes do mini-curso desenvolvendo atividade presencialmente.

O mini-curso foi considerado de extrema relevância pelos participantes, não apenas pelas discussões teóricas que proporcionou, mas pela possibilidade de analisar o próprio planejamento de curso que os professores desenvolvem para suas disciplinas e ter a oportunidade de discutir esse planejamento de forma coletiva e sistematizada.

Há uma demanda importante para uma segunda edição desta mesma ação, bem como um segundo momento de encontro entre o prof. Sérgio Leite e estes participantes para discussão da aplicação dos planejamentos realizados ao longo do mini-curso e as possibilidades de revisão e ajustes nestes planejamentos.

IV. AÇÕES NA SEMANA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

A Comissão de Formação Continuada estabeleceu uma parceria com a equipe de organização da Semana de Ciências e Tecnologia (SNCT) do IFSP/Caraguá e propôs três atividades para serem oferecidas ao longo da Semana. Todas as atividades foram desenvolvidas na forma de palestras abertas à comunidade, contando com a participação de professores, alunos e funcionários, e versaram sobre temáticas de relevância para a formação do pensamento crítico-educacional.

1.3. A ERA DO CAPITAL IMPRODUTIVO – LADISLAU DOWBOR

O prof. Dr. Ladislau Dowbor ficou encarregado da palestra de abertura da SNCT, apresentando no dia 21 de outubro, tanto no período da manhã quanto da noite, sua palestra “A era do capital improdutivo”. Ele é formado em economia política pela Universidade de Lausanne, Suíça; Doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia (1976). Atualmente é professor titular no departamento de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nas áreas de economia e administração. Foi consultor de diversas agências das Nações Unidas, governos e municípios, além de várias organizações do sistema “S”. Autor e co-autor de cerca de 40 livros, toda sua produção intelectual está disponível online na página dowbor.org. Atua como Conselheiro no Instituto Polis, IDEC, Instituto Paulo Freire, Conselho da Cidade de São Paulo e outras instituições.



Figura 12 - Prof. Dr. Ladislau Dowbor durante palestra na SNCT

No período da manhã, a atividade contou com 150 participantes, e no período da noite foram 80 participantes, e em ambos os momentos a interatividade foi recorrente e salutar para o aprofundamento das discussões.



Figura 13 - Palestra do Prof. Dr. Ladislau Dowbor

Ao longo de sua fala, o prof. Ladislau estimulou a reflexão sobre os acontecimentos atuais que dizem respeito ao capitalismo. No primeiro momento da sua fala destacou as condições em que nosso planeta se encontra, assim como os recursos naturais dos quais dependemos. Como detalhado em seu livro de mesmo título, ele apresentou a extrema pobreza e a extrema riqueza em que nos encontramos. Pontuou que a diferença entre pobres e ricos está cada vez maior e, no nosso país, isto é gritante e tende a aumentar. Também deixou claro que, desta forma, estamos destruindo o planeta para o benefício de um número muito pequeno de super ricos.



Figura 14 - Prof. Dr. Ladislau Dowbor com a Comissão de Formação Continuada e professores do Campus Caraguá (Ricardo Plaza, Ana Maria Stabelini, Carlos Henrique de Vasconcelos, Dionysio Borges de Freitas Junior, Patrícia Teixeira Tavano, Rodrigo, Maria do Carmo Cataldi Muterli, Janice Peixer, Ladislau Dowbor)

Ele fez com que os alunos pensassem a respeito destas profundas diferenças que o capitalismo produz. Após a palestra os alunos puderam fazer perguntas e ele apontou como possível solução para os problemas que discutiu, que há necessidade de uma democracia de “rédeas curtas”, que seria aquela em que os cidadãos participariam das decisões no seu município, na forma de associações, grupos organizados e, assim, escolheriam as prioridades e uso mais adequado do dinheiro público. Ele acredita que todos nós precisamos ser cidadãos ativos e que devemos acompanhar de perto o que os políticos eleitos estão decidindo. Ele também questionou o neoliberalismo e apontou várias de suas consequências para os países que estão escolhendo este caminho. Outros fatos relatados foram as experiências de países que estão promovendo a descentralização da maior parte dos recursos dos impostos para as prefeituras, ou seja, levando os recursos para a base, para onde as pessoas vivem e onde estão as principais carências de projetos que beneficiem a população com educação e saúde de qualidade. Outro exemplo é o que a China vem fazendo para gerar empregos e promover a sustentabilidade ao mesmo tempo. Ela desenvolveu tecnologia de produção de máquinas para construir painéis solares e faz financiamentos para que muitas pequenas indústrias possam comprá-las (inclusive aquelas do interior do país), produzir os painéis com preço mais baixo e assim gerar empregos e diversificar a matriz energética.

4.2. ESPAÇO EDUCATIVO E EDUCADOR – ALEXANDRE MACHADO ROSA

A escola, com efeito, compreende inversão econômica do mais alto vulto... Em suas edificações, constitui um dos mais complexos conjuntos, neles incluindo-se os elementos da residência humana, dos serviços de alimentação e saúde, dos esportes e recreação, da biblioteca e museu, do teatro e auditório, oficinas e depósitos, sem falar no que lhes é privativo, ou sejam as salas de aula e os laboratórios. A arquitetura escolar, por isso mesmo, inclui todos os gêneros de arquitetura. É a escola, em verdade, um lugar para aprender, mas aprender envolve a experiência de viver, e deste modo todas as atividades da vida, desde as do trabalho até as de recreação e, muitas vezes, as da própria casa (Anísio Teixeira)

Com este excerto do pensamento do escolanovista Anísio Teixeira foi aberta a palestra com o tema “Espaço educativo e espaço educador” ocorrida durante as atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) do IFSP Campus Caraguatatuba.

Alguns questionamentos ajudaram a conduzir a reflexão acerca dos sentidos e papéis que o espaço arquitetônico pode desempenhar na implementação dos projetos político pedagógicos dos treze cursos que são oferecidos pelo campus de Caraguatatuba. O professor, na escola, lida principalmente com o ensino-aprendizagem, com o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor dos estudantes no tempo letivo e nos espaços docentes, onde se efetiva o currículo oficial e sistemático. E os outros educadores escolares? A técnica em alimentação escolar – até hoje chamada de “merendeira”, os atuais servidores da limpeza, da conservação, da portaria, da vigilância, do transporte e demais – são gestores de outros espaços educativos, diferentes da “sala de aula” e de outros ambientes de docência. A merendeira, ou será uma educadora alimentar, ou será uma deseducadora. Os funcionários que gerem o espaço físico, em sua manutenção e conservação, que lidam com o meio ambiente do espaço da escola e das adjacências, necessariamente são educadores. Pior: se não tiverem competência nessas tarefas, serão deseducadores.

Numa escola democrática, é fundamental haver um auditório ou uma quadra coberta para reunir a assembleia escolar. Numa sala de aula de uma escola democrática, as carteiras podem ser dispostas em círculo, o que favorece o diálogo.

Na escola tradicional, as “bancadas” eram umas atrás das outras, às vezes fixadas no piso, e o professor ficava na “cátedra”, num estrado acima dos alunos. Assim se cultivava o valor da hierarquia, da obediência. O espaço “educava” em consonância com o discurso do professor.

Por isso, para um espaço escolar tornar-se um espaço educativo, faz-se necessário que seus componentes materiais sejam adequados à proposta pedagógica. Mais ainda, que os funcionários se assumam como educadores em plenitude, “vestindo a camisa” do projeto

pedagógico da escola, no seu cotidiano e no trato de suas funções “técnicas”, que se transformam em educativas e pedagógicas.

4.3. EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR – JULIANA JODAS

A palestra “Experiências e desafios das políticas de inclusão no ensino superior”, foi ministrada pela Profa. Dra. Juliana Jodas e fez parte das atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) de 2019, encerrando-a. A iniciativa de realização desta atividade foi conjunta, entre a Comissão de Formação Continuada e o curso de Licenciatura em Física. Estiveram presentes na noite de sexta-feira alunos e professores do IFSP – Caraguatatuba, com um total de 60 participantes.



Figura 15 – Profa. Dra. Juliana Jodas durante sua palestra

A palestrante Juliana Jodas é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestra em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e graduada em Ciências Sociais também pela UFSCar. Na palestra abordou os principais aspectos da inclusão no ensino superior, referentes às políticas de ações afirmativas previstas pela lei 12.711/12 (BRASIL, 2012) que reserva de 50% vagas para estudantes de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas nas instituições de ensino superior públicas. Também foram destacadas iniciativas de inclusão, promovidas por algumas instituições, anteriores à vigência desta lei.



Figura 16: Palestra da Profa. Dra. Juliana Jodas

O debate proposto pela palestrante envolveu questionamentos acerca da conjuntura atual e quais os desafios para a manutenção e ampliação das políticas de ações afirmativas. Tal atividade propiciou aos envolvidos uma discussão sobre um elemento fundamental para a formação docente as políticas de ações afirmativas como ação concreta para a superação de desigualdades e preconceitos, que são presentes em nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES DO PERCURSO FORMATIVO PROPOSTO

Ao longo do ano de 2019, a Comissão de Formação Continuada buscou proporcionar espaços e tempos para a discussão de temáticas fundantes da prática docente, mas também buscou albergar estudantes e a comunidade externa para a discussão das questões pedagógicas, visto que a função primária e primordial do IFSP é educativa.

Nesse sentido, trabalhamos no intuito de garantir a interlocução da comunidade - ainda que com maior ênfase nos docentes - com professores que pudessem estabelecer um diálogo profícuo e estimulador da discussão e da reflexão, não poupando esforços para deslocá-los para a cidade de Caraguatatuba quando necessário.

A resposta dos participantes das atividades propostas foram sempre muito positivas, indicando para a relevância dos temas e expressividade dos palestrantes, marcando nos participantes a importância da formação contínua baseada em um processo de reflexão.

A Comissão reforça a necessidade de manutenção do grau de relevância e reflexão que foram impressas às atividades do ano de 2019, e sinaliza para uma diversificação das estratégias de abordagens dos temas para o próximo ano.

Ao final do período de formação, com as informações do formulário de avaliação das atividades, definimos novas perspectivas para este processo no próximo ano. Daremos prioridade para os temas que os professores avaliaram como necessário sua retomada.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Ricardo Paes de. Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens. São Paulo: INSPER, Instituto Ayrton Senna, Instituto Bradesco, Fundação Brava. Disponível em: <http://gesta.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Pol%C3%ADticas-p%C3%ABlicas-para-a-redu%C3%A7%C3%A3o-do-abandono-e-evas%C3%A3o-escolar-de-jovens.pdf>. Acesso em 04/12/2019.

BRASIL. LEI nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 05/12/2019.

CONSUP (Conselho Superior do Instituto Federal de São Paulo). Resolução nº 138 de 08 de dezembro de 2015. Aprova política de formação continuada de professores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em https://ptb.ifsp.edu.br/images/formacao-continuada/Resol_138_Aprova%20Politica%20de%20Formao%20Continuada%20de%20Professores.pdf. Acesso em 10/12/2019.

PILOT (Temporada 1, ep. 1). How to get away with murder [Seriado]. Direção: Michael Offer. Produção: Peter Nowalk. Hawaii: Produtora ABC Network, 2014. 1 DVD (45 min.), son., color.